

Diário do Legislativo de 08/06/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB)

Líder: Dilzon Melo (PTB)

Vice-Líderes: Maria Olívia (PSDB), Lúcia Pacífico (PTB), Carlos Pimenta (PDT)

LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado André Quintão

Vice-Líderes: Deputados Ricardo Duarte (PT) e Jô Moraes (PC do B)

LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Valadares

Vice-Líder: Deputado Paulo César

LIDERANÇA DO PL

Líder: Deputado Leonardo Moreira

Vice-Líder: Deputado Roberto Ramos

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Dinis Pinheiro (PL), Paulo Piau (PP) e José Henrique (PMDB)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Miguel Martini (sem partido)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Weliton Prado (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Fahim Sawan

Deputado PFL Vice-Presidente
Gustavo Valadares

Deputado Dinis PL
Pinheiro

Deputado BPSB
Sargento Rodrigues

Deputado PT/PCdo B
Ricardo Duarte

Deputado PL
Antônio Genaro

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado Paulo PFL
César

Deputada Maria BPSB
Olívia

Deputado Miguel (sem partido)
Martini

Deputada Jô Moraes PT/PcdoB

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Leonardo Quintão

Deputado Edson Rezende PT/PCdo B Vice-Presidente

Deputada Ana Maria Resende BPSP

Deputado Sebastião Helvécio BPSP

Deputado Jésus Lima PT/PCdo B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Henrique José PMDB

Deputado Roberto Carvalho PT/PcdoB

Deputado Djalma Diniz BPSP

Deputado Sebastião Costa BPSP

Deputada Ferramenta Cecília PT/PcdoB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BPSP Presidente

Deputado Gilberto Abramo PMDB Vice-Presidente

Deputado Sebastião Costa BPSP

Deputado Ermano Batista BPSP

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT/PCdo B

Deputado George Hilton PFL

Deputado Gustavo Corrêa PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon BPS
Melo

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputado Marlos BPS
Fernandes

Deputado Leonídio BPS
Bouças

Deputada Maria PT/PCdB
Tereza Lara

Deputado Roberto PL
Ramos

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias –

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Vanessa BPS
Lucas

Deputada Domingos BPS
Sávio

Deputado Biel Rocha PT/PCdB
oB

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

Deputado Gil Pereira PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPS
Resende

Deputada Lúcia BPS
Pacífico

Deputado André PT/PCdB
Quintão

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Chico PMDB Presidente
Rafael

Deputada Lúcia BPSB Vice-Presidente
Pacífico

Deputado João (sem
Leite partido)

Deputado Jésus PT/PCdoB
Lima

Deputado Dinis PL
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputado Leonídio BPSB
Bouças

Deputado Carlos BPSB
Pimenta

Deputado Padre João PT/PCdoB

Deputado Célio PL
Moreira

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdoB Presidente
Durval Ângelo B

Deputado PL Vice-Presidente
Roberto Ramos

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado Zé BPSB
Maia

Deputado Paulo PFL
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Elisa Costa PT/PCdoB

Deputado Antônio PL
Genaro

Deputado Dilzon BPSB
Melo

Deputado Ermano BPSB

Batista

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras- 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor PFL Presidente
Viana

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente
Maria Resende

Deputado Leonídio Bouças BPSP

Deputado Biel PT/PCdoB
Rocha

Deputado Paulo PP
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

Deputado Dalmo BPSP
Ribeiro Silva

Deputado Miguel (sem partido)
Martini

Deputado Weliton PT/PCdoB
Prado

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Domingos Sávio BPSP Presidente

Deputado Jayro PL Vice-Presidente
Lessa

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado Ermano Batista BPSP

Deputada Elisa PT/PCdoB
Costa

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Márcio BPSP
Kangussu

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BPSP

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Luiz Humberto BPSP
Carneiro

Deputado Irani Barbosa BPSP

Deputado André Quintão PT/PCdoB

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Paulo Piau PP

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdoB Presidente
Laudelino Augusto

Deputado Doutor BPSP Vice-Presidente
Ronaldo

Deputado João (sem
Leite partido)

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

Deputado Paulo PP
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PT/PCdoB
Gomes

Deputado Alencar da BPSP
Silveira Jr.

Deputada Lúcia BPSP
Pacífico

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria PT/PCdoB Presidente
Tereza Lara

Deputado José BPSB Vice-Presidente
Milton

Deputado Miguel (sem
Martini partido)

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino PT/PCdoB
Augusto

Deputado Fahim BPSB
Sawan

Deputado João Leite (sem partido)

Deputado Jésus Lima PT/PCdoB

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente
Pereira

Deputado Marlos BPSB Vice-Presidente
Fernandes

Deputado Luiz BPSB
Humberto Carneiro

Deputado Padre PT/PCdoB
João B

Deputado Doutor PFL
Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau PP

Deputado Olinto Godinho BPSB

Deputado Doutor BPSB

Ronaldo

Deputada Maria Tereza PT/PCdoB
Lara

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Márcio BPSP Presidente
Kangussu

Deputado Djalma BPSP Vice-Presidente
Diniz

Deputado Ricardo Duarte PT/PCdoB
B

Deputado Pinduca Ferreira PP

Deputada Vanessa Lucas BPSP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria BPSP
Olívia

Deputado Ronaldo Doutor BPSP

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Domingos BPSP
Sávio

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT/PCdoB Presidente
B

Deputado Carlos BPSP Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado PL
Roberto Ramos

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Edson PT/PCdoB
Rezende

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

Deputado Jayro Lessa PL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BPSP Presidente
Maia

Deputado PL Vice-Presidente
Leonardo Moreira

Deputado BPSP
Sargento Rodrigues

Deputado PT/PCdoB
Weliton Prado B

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Dinis PL
Pinheiro

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputado Adelmo PT/PCdoB
Carneiro Leão

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alencar da Silveira Jr. BPSP Presidente

Deputada Costa Elisa PT/PCdoB Vice-Presidente

Deputado Barbosa Irani BPSP

Deputada Moraes Jô PT/PCdoB

Deputado Gustavo Valadares PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Milton BPSP

Deputado Quintão André PT/PCdoB

Deputada Resende Ana Maria BPSP

Deputado Gomes Carlos PT/PCdoB

Deputado Paulo César PFL

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Passos Márcio PL Presidente

Deputado Nogueira Ivair PMDB Vice-Presidente

Deputado Godinho Olinto BPSP

Deputado Roberto Carvalho PT/PCdoB

Deputado Fabiano Dimas PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pinheiro Dinis PL

Deputado Lopes Adalclever PMDB

Deputado Márcio BPSP

Kangussu

Deputado Ricardo PT/PCdoB
Duarte

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente
Bittar

Deputado Carlos PT/PCdo Vice-Presidente
Gomes B

Deputada Cecília PT/PCdo
Ferramenta B

Deputada Maria BPSP
Olívia

Deputado Paulo PFL
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis PL
Pinheiro

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputada Vanessa BPSP
Lucas

Deputado Doutor PFL
Viana

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR: Deputado Biel Rocha

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 26ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Instituto Belo Horizonte de Ensino Superior - Ibhes

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTO REALIZADO EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA EM 7/6/2005

Presidência do Deputado Rêmolô Aloise

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmolô Aloise - Antônio Andrade - André Quintão - Biel Rocha - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elisa Costa - Ermano Batista - Irani Barbosa - João Bittar - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Olinto Godinho - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Weliton Prado.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Rêmolô Aloise) - Às 14h2min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 8, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.).

ATA DA 26ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 3/6/2005

Presidência do Deputado Rogério Correia

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Ministro Nilmário Miranda - Palavras da Profa. Sandra Ribeiro Souto - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Rogério Correia - Fábio Avelar - Gustavo Valadares - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Às 18h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

A locutora - Convidamos a tomarem assento à mesa o Exmo. Sr. Ministro Nilmário Miranda, titular da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; as Exas. Sras. Profa. Sandra Ribeiro Souto, Diretora Acadêmica do Instituto Belo Horizonte de Ensino Superior - Ibhes -; e Vereadora Neila Batista, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; e o Sr. Sulemar Viana Perdigão, representante dos estudantes do Ibhes.

Destinação da Reunião

A locutora - Destina-se esta reunião a homenagear o Instituto Belo Horizonte de Ensino Superior - Ibhes.

Execução do Hino Nacional

A locutora - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Ministro Nilmário Miranda

Boa noite, queridos amigos e amigas. Cumprimento o Deputado Rogério Correia, Líder do PT e 2º-Vice-Presidente desta Casa, representando neste momento o Presidente, Deputado Mauri Torres; a Profa. Sandra Ribeiro Souto, o Sr. Sulemar Viana Perdigão e a Vereadora Neila Batista.

Senti-me muito honrado ao ser convidado a vir falar para vocês. O Instituto é novo, pois foi inaugurado em fevereiro de 2003, mas reúne pessoas de todas as gerações, todas unidas por esse ideal comum. Essas pessoas são futuros operadores do direito. Portanto, lidarão com a matéria com que lido no meu dia-a-dia. Fiquei muito feliz ao ser convidado por vocês para realizar esta palestra de abertura da homenagem ao Ibhes.

Compartilho com meus companheiros e companheiras a idéia de que o debate e a temática dos direitos humanos no País são muito recentes. Apesar de ter avançado muito, ainda está carregada de incompreensões. Isso é muito fácil de entender em se tratando do nosso país.

Pela primeira vez em nossa história, vivemos 20 anos de democracia, sem interrupções e ameaças de ruptura. Isso nunca aconteceu. Vocês são de uma geração em que o maior período foi regido pela democracia - com todos os seus problemas, desafios e imperfeições, mas isso nunca havia acontecido em nossa história.

Portanto, sem a democracia, seria quase impossível debater o avanço, a criação e a consolidação de instituições relativas à defesa e à promoção dos direitos humanos. Por isso, esse debate é novo em nossa história e foi posto como um desafio para nós.

A história do Brasil é muito singular. O País apresenta um grande potencial e uma grande visibilidade, despertando muita expectativa e esperança no mundo inteiro, mas a sua história, como disse, é muito singular. Fomos o último país a abolir a escravidão, juntamente com Cuba. Os países da América do Sul aboliram a escravidão ao conquistarem a sua independência. Isso aconteceu nos primeiros 25 anos do séc. XIX. Nós mantivemos a escravidão por mais 66 anos, depois da nossa independência.

O Brasil e Cuba tiveram essa experiência semelhante. Em um sistema colonial ou pós-colonial com escravidão, não há o que falar em relação a direitos humanos. A escravidão é a forma mais acabada de exploração do homem pelo homem, que só se mantém sob violência. Ninguém é escravo por sua própria opção. A pessoa só se submete à escravidão se for obrigada, pois isso implica a privação do fruto do seu trabalho. Não há salário ou qualquer pagamento na escravidão. As pessoas são consideradas objetos de trabalho. Não há jornada nem negociação. O único meio de sair da relação de exploração seria a fuga.

Como a escravidão só se mantém pela violência, era preciso uma justificativa, até ideológica, para mantê-la.

Foi preciso desumanizar os indígenas e os negros trazidos da África. O Presidente Lula esteve, há poucos dias, na ilha de Gorée, de onde saiu a maior parte dos escravos brasileiros. Durante três séculos, navios e mais navios de escravos saíram de lá. Era o maior comércio da humanidade; não havia outro comércio com o mesmo volume de recursos e a mesma mobilização. Para virem 4 milhões de escravos para nosso país, era preciso um fluxo contínuo de navios, que chegavam diariamente a Recife, Salvador, Santos e Rio de Janeiro. Esses mesmos navios levavam mercadorias para a Europa e sal e munições para a África. Esse comércio era perfeito do ponto de vista econômico, mas também foi o mais perverso que já houve na história.

Falar em escravidão não permite falar em direito de cidadania. Quando foi abolida, havia 13 milhões de habitantes no Brasil, sendo 8 milhões negros ou pardos. Portanto, os escravos e seus descendentes eram a maioria da população, composta por pessoas completamente destituídas de direitos. Mesmo entre os 5 milhões de não escravos havia desigualdades enormes, com muitos camponeses e brancos pobres. Quem não tinha terra não tinha direitos nem podia participar de nada.

Acabada a escravidão, houve a República, mas muito pouco ou quase nada republicana. Por isso aparece com o nome de República Velha, pois já nasceu superada. As mulheres não tinham direito ao voto, e só isso tira seu caráter republicano. Metade da população não tinha direito ao voto e, portanto, não era capaz de exercer a cidadania. Nenhum outro direito era reconhecido.

Somente em 1932, depois do fim da República Velha, as mulheres obtiveram o direito ao voto. A classe operária, que nasceu no fim do séc. XIX, com a abolição da escravidão, também não tinha a cidadania reconhecida. Não havia limites para a jornada de trabalho, que o próprio empresário impunha. Não havia contratos coletivos nem leis que regulassem o trabalho. Havia jornadas superiores a 14 horas. A expectativa de vida de um trabalhador fabril era pequena, de 35 anos; o ambiente de trabalho era insalubre, e a jornada era pesada; os salários não eram regulamentados, e não havia direitos associados ao trabalho. Portanto, ser operário implicava uma vida curta, devido a problemas respiratórios, tuberculose e várias doenças associadas ao trabalho, as quais dizimavam a classe operária.

O direito de greve não era reconhecido nem o direito de se organizar em sindicatos, apesar de haver existido uma classe operária combativa, que chegou a fazer duas greves gerais no País, naquele período. Na década de 20, houve uma organização nacional reunindo os sindicatos. Também não eram reconhecidos os direitos das crianças e das mulheres grávidas, e até o trabalho noturno era permitido para elas.

A década de 20, no Brasil, mudou muito a nossa história. Houve a emergência de vários fatores que fizeram surgir no País um projeto de nação, com a reivindicação do verdadeiro Estado Nacional.

Na década de 20, as Forças Armadas tinham concepções autoritárias, mas queriam modernizar o País. Houve várias tentativas. Uma delas, o famoso tenentismo, foi a tentativa de chegar ao poder, por meio de golpes de Estado, para modernizar o País e livrar-se das oligarquias que o dominavam.

Eles defendiam o voto universal e secreto. Até 1930, o voto não era universal nem secreto. Os coronéis, os donos da política em cada lugar, ficavam com o livro de votação. As pessoas tinham de assinar o livro na frente deles e declarar o voto. Claro que isso era facilmente manipulado. Não existia Justiça Eleitoral para dar uma certa igualdade jurídica entre eleitores e eleitos e na disputa entre os candidatos.

Nessa época, surgiu o movimento dos Tenentes, a Coluna Prestes, que percorreu 10.000km do Brasil propondo mudanças. Circulou por vários anos no sertão brasileiro. Surgiu também um movimento de mulheres, muito poderoso. Pela primeira vez o País via lideranças femininas destacarem-se na política. Isso era novo na história do País. Houve movimentos anti-racistas. Ao longo da Abolição, não ocorreu uma reforma educacional que permitisse aos ex-escravos entrar na escola - a maioria era analfabeta. Acabou a escravidão, mas eles continuaram sem

chance de ascensão social.

Houve movimento no campo da cultura: a Semana de Arte Moderna, o modernismo. Pela primeira vez no Brasil houve a proposta de uma cultura nacional, e vários autores buscaram interpretar a alma nacional, a origem e o processo da formação da nacionalidade brasileira. Apareceram grandes escritores, intérpretes do Brasil: Gilberto Freyre, Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda e muitos outros. Citei apenas os mais conhecidos.

Em 1930, uma crise política, sem ter esse objetivo, vira uma verdadeira revolução. Ocorreu uma briga entre Minas e São Paulo. Minas deveria indicar o sucessor de Washington Luís, com base na política do café-com-leite, mas São Paulo dá um golpe e indica Júlio Prestes como candidato. Assim, Minas se une ao Rio Grande do Sul, à Paraíba e a outros Estados para questionar aquele predomínio, a quebra daquela política. Isso gera uma revolução porque, antes disso, ocorreram processos raciais, políticos e culturais que mostravam o desejo dos brasileiros de uma proposta de novo país.

Então, em 1930, surge pela primeira vez o Estado Nacional. Para terem idéia, em São Paulo e no Rio Grande do Sul as oligarquias regionais contavam com polícias militares que eram verdadeiras forças armadas. A força pública de São Paulo contava com artilharia e aviação. A Polícia Militar era mais que uma polícia de segurança pública, era uma força armada à disposição das oligarquias para disputar o poder entre elas. Então, surge o Exército Nacional, o Estado Nacional, o planejamento de estradas, a integração do País e uma proposta de educação a partir de uma política nacional.

A década de 30 para cá foi a era dos direitos. O Brasil finalmente ingressou, com quase um século de atraso, na era dos direitos: das mulheres, dos trabalhadores e das crianças.

Na verdade, em 75 anos, passamos por duas ditaduras: a primeira, de 1937 a 1945, chamada de Estado Novo, e a segunda, de 1964 a 1985, que foi uma ditadura militar. Houve também algumas "democraduras". Pareciam democracias, mas, na verdade, eram sistemas autoritários. Até 1937, houve períodos de "democraduras", e o Governo Dutra, primeiro governo da Constituição democrática de 1946, também foi uma "democradura".

E, mesmo no período mais rico, de 1946 a 1964, na primeira experiência democrática do País, além da "democradura" Dutra, aconteciam disputas políticas que revelavam que a democracia não era generalizada.

Houve várias tentativas de golpe militar. Reeito democraticamente em 1950, o Presidente Vargas, pressionado por conspirações, termina o seu governo antecipadamente com um ato de suicídio. O Presidente Juscelino Kubitschek, nome deste Plenário, elege-se democraticamente, e, em um golpe, tentaram impedir a sua posse, tão conturbada. Durante o seu governo, houve duas tentativas de golpe, os levantes de Jacareacanga e Aragarças. O Jânio renunciou ao seu governo com apenas sete meses, e houve tentativa de golpe para impedir que o Vice-Presidente João Goulart, eleito legalmente, assumisse; por fim, assume em um parlamentarismo casuístico e só recupera o poder em 1963, com o plebiscito, forma de governo pela qual a população decidiu por maioria acabar com o parlamentarismo de ocasião, improvisado, casuístico. Entretanto, um ano depois, o golpe militar acabou com os partidos políticos, que começavam a ganhar força. O País começava a aprender a votar, respeitar os sindicatos, criar uma sociedade civil. Instituições e organizações a favor da inclusão social e dos direitos civis e movimentos pró-cidadania foram interrompidos. Acabaram as instituições, e entra o regime de força. São cassados pela ditadura militar 750 mandatos de ex-Presidentes, Senadores, Governadores, Deputados Federais e Estaduais, Vereadores, todos eleitos pelo voto popular. Milhares perdem direitos políticos por vários anos. O Ato Institucional nº 5, em 1968, estimulou a tortura e o assassinato político. Dos brasileiros opositores, 450 foram mortos ou ficaram desaparecidos, quase 15 mil pessoas foram exiladas e milhares se tornaram clandestinas. Calcula-se que mais de 300 mil tenham sido presas por razões políticas. Milhares sofreram tortura em estabelecimentos legais ou ilegais da ditadura. Houve censura aos jornais, aos livros e à imprensa. Aliás, o "Jornal Nacional" tinha um censor ao lado. Os brasileiros achavam que eram informados no dia-a-dia, mas, na verdade, era o censor que selecionava a notícia. Vários artistas tiveram de sair do País, como Caetano Veloso e Gilberto Gil. As músicas de Chico Buarque foram tão censuradas que ele criou o personagem Julinho da Adelaide para driblar a censura.

Essa ditadura tão foi longa e desgastante que produziu um importante fenômeno político - uma convergência fundamental. Pela primeira vez, na história do País, esquerda e direita queriam a democracia.

Isso redundou na constituinte. Quer dizer, foi convocada uma assembléia constituinte em 1986, que perdurou até 1988. Portanto, 1988 é um marco; é a partir dessa época que se pode falar em direitos humanos no Brasil. Ou seja, passou-se pouco tempo, 17 anos.

A partir daí, tem-se uma Constituição que estabelece os marcos da ordem política e jurídica. Trata-se de uma Constituição muito moderna, pois reconhece não só os direitos civis e políticos, mas todos os demais. Os direitos civis referem-se a crenças, opiniões, ideologias, posições políticas. Ademais, citam-se os direitos de se expressar livremente, de ir e vir, de se presumir inocente. Uma ditadura não presume inocência; ao contrário, presume a culpa. Inclui-se também o direito à integridade física das pessoas, que deve ser reconhecido em qualquer circunstância. Os direitos civis, as liberdades individuais são garantidas a todos por meio da Constituição.

Os direitos humanos políticos são os direitos das pessoas de se organizarem, reunirem-se e participarem pacificamente dos negócios do Estado. Ou seja, são os direitos que têm as pessoas de influenciar os rumos do Estado Nacional. Todavia, a Constituição reconheceu também os direitos humanos econômicos. Nesse ponto, foi supermoderna. Não fez distinção, não traçou hierarquia entre os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais. Como direitos econômicos cita-se tudo o que se relaciona com o direito ao trabalho, todas as relações que se estabelecem a partir dele. Cita-se, ainda, com o mesmo grau de importância dos demais, o direito humano básico ao alimento, à comida. O mesmo se diz do direito à moradia adequada, ao vestuário.

Também estabeleceu direitos humanos sociais, a exemplo da saúde, que é um direito de todos e dever do Estado. Enfim, a Constituição fala do famoso tripé da seguridade social: o direito à saúde, à previdência e à assistência. Dessa forma, garante aos grupos vulneráveis, como as minorias, os indígenas, os sujeitos à extinção, o direito à assistência do Estado. Quando uma pessoa, por qualquer motivo, não tem acesso ao trabalho, deverá ter direito à assistência. A Constituição reconhece o direito de todos. E mais: fala dos direitos culturais, como a educação. Aliás, trata a educação de 7 a 14 anos, de 1ª a 8ª séries, como um direito fundamental, ou seja, uma parte do mínimo vital dos direitos humanos de cada cidadão e um dever do Estado.

A Constituição fala dos direitos aos bens do progresso científico, que é um trabalho morto da humanidade. É um trabalho de todos, que fica de uma para outra geração. Portanto, trata-se de um patrimônio comum, deve ser repartido com todos. Com relação aos direitos culturais, garante o direito de ninguém ser vítima de discriminação nem de preconceito em razão da cor da pele, da etnia, da raça, do sexo, da origem, da procedência nacional ou regional. Enfim, é uma Constituição muito moderna e holística, considera os direitos integrados.

Trata dos direitos difusos, aqueles que não podem ser determinados diretamente. Segundo ela, a ordem jurídica será sempre modificada à medida que o País ratificar os pactos e convenções internacionais de direitos, que seriam incorporados à nossa ordem jurídica. Isto é, trata-se de absorver a experiência da humanidade para avançar na ordem jurídica. Por isso, é uma Constituição muito avançada.

Como vocês sabem, em nosso país há uma grande distância entre a teoria e a prática. De um lado, têm-se as leis, os direitos; do outro, a vida da população. Há uma enorme dificuldade de transpor esses aspectos para a vida das pessoas. De 1988 para cá, a sociedade e o País lutaram pela implementação, pelo desdobramento dos direitos oriundos da nova Constituição. Fui Deputado Federal de 1990 a 2002. Então, alcancei um pouco do processo pós-constituente.

Por exemplo, os arts. 204 e 227 representaram verdadeira revolução cultural no País, pois determinavam que toda criança era igual perante a lei. No Brasil, até a Constituição de 1988, essa igualdade não era reconhecida. Havia um fosso entre as crianças e os adolescentes das classes populares, dos pobres, que eram a maioria do País, e os outros. Para os adolescentes e crianças pobres, o que vigia era o chamado Código de Menores ou políticas públicas relacionadas a essa filosofia. Ou seja, todo adolescente e criança pobres eram considerados delinquentes em potencial. Portanto deveriam ser colocados muito cedo no trabalho, para ser disciplinados. As classes média e alta preservavam seus filhos, fazendo com que entrassem o mais tarde possível no mercado de trabalho, já a maioria dos filhos pobres precisava ser rapidamente separada da família, tirada do meio espúrio e arriscado em que vivia. O ideal das elites brasileiras era levar essas crianças para grandes instituições, como orfanatos e internatos, ou para aqueles chamados serviços de assistência aos menores, como a Casa do Pequeno Jornaleiro. Essas elites achavam que iriam para o céu ao ajudarem os pobres dessa maneira. Na verdade, era uma visão altamente preconceituosa que, na prática, criava um fosso de direitos.

A Constituição determinou que a criança era igual perante a lei, que era sujeita de direitos, com os quais já nascia, e que, portanto, precisava ter proteção integral. Proteção que era tarefa do Estado, da sociedade e da família. Proteção integral significava a obrigação do Estado, de todos os seus Poderes, em todos os níveis, de fazer políticas públicas que garantissem essa proteção nas áreas de educação, saúde, entretenimento, diversão, etc. A Constituição determinava que as crianças e os adolescentes deviam ser colocados a salvo da negligência, do abandono, da miséria, da exploração e da violência. Criou-se, então, um sistema de garantia a esses direitos, com atribuições aos conselhos tutelares e ao Ministério Público.

Para mim é sempre muito agradável falar para futuros operadores do direito. É questão central no Brasil fazer a lei sair do papel e valer para todos. O grande desafio do Brasil é lei igual para todos.

Há diferença também entre direitos humanos e cidadania. Para nossa sociedade democrática, que tem uma Constituição, que está fincada em valores importantes, direitos humanos são direitos de todos os cidadãos, desde o nascimento. A cidadania é o direito humano levado à prática, à vida real, que sai do papel. Nosso desafio é esse salto dos direitos humanos para a cidadania. É universalizar esses direitos, com sua aplicação e incorporação à vida dos brasileiros e brasileiras.

A década de 90 foi muito importante para o País, pois criou o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é espetacular, assim como a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS -, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e a primeira lei que reconheceu como mortos os desaparecidos políticos e tipificou o crime da tortura. Vivemos cinco séculos de tortura e, em 1997, passa a existir uma lei que determina que a tortura é crime feio, estabelecendo as bases de aplicação de punição à tortura, que passa a ser considerada, dentro da melhor tradição universal, um mal absoluto, principalmente quando praticado por agentes do próprio Estado.

Tivemos, mais recentemente, o Estatuto do Idoso e o famoso decreto da sensibilidade, que detalhou os direitos das pessoas com deficiência, as quais estavam à margem de certos direitos. Houve grande avanço do ponto de vista das leis.

Também ocorreu avanço no Estado. A partir de 1995, foi criada a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos dentro do Ministério da Justiça. Lula, como vem da classe operária, do Nordeste, da pobreza, como fez sua carreira de líder como lutador de movimentos sociais e populares, então, como Presidente, tinha de colocar em primeiro plano essas contribuições.

O Presidente Lula revela uma preocupação enorme com os direitos econômicos, sociais e culturais. Sua Excelência logo lançou o programa Fome Zero, que hoje está corporificado no Bolsa-Família. Já temos 7 milhões de famílias brasileiras que recebem transferência de renda mensal. Pela primeira vez na história do Brasil, temos um cadastro único dos pobres. Antes, o Estado brasileiro não sabia quem eram os seus pobres. Não tinha o nome e endereço deles. Ora, se não tinha o nome e endereço deles, evidentemente não havia nenhum compromisso com eles.

Esse cadastro único foi o fio condutor de uma rede de proteção social. Lançou um grande programa de alfabetização de adultos. Temos 15 milhões de brasileiros analfabetos. Isso é inconcebível. Há 3 milhões de pessoas no Brasil que não têm um documento de registro civil, ou seja, não têm a existência civilmente reconhecida. É o cúmulo da exclusão.

Temos 1 milhão de pessoas remanescentes de quilombos. Vivem também em um mundo sem direito, com alta desnutrição, analfabetismo e sem direitos até mesmo a suas terras, apesar de nelas viverem há cerca de um século e meio.

Enfim, o Governo Lula traz a dimensão dos direitos humanos sociais. Ele prioriza de certa maneira isso uma vez que a nossa democracia não está em risco. Não há ninguém conspirando para acabar com a nossa Constituição, dando um golpe militar para criar uma ditadura. Há algumas pessoas que pensam isso, mas não há apoio de ninguém. A nação brasileira quer um País democrático. Ela está insatisfeita com uma democracia que seja só votar, ter o direito de expressar as suas opiniões, mas em que permanece uma enorme desigualdade no País, sobretudo nos direitos econômicos, sociais e culturais.

Há privação do direito ao trabalho, à alimentação, à moradia decente e à saúde. Essa assistência deve ser estendida a todos porque há muita discriminação e preconceito.

Hoje não queremos os direitos humanos apenas referentes à educação fundamental. Queremos uma educação básica dos 4 aos 18 anos. Achamos que o dever do Estado não deve ser apenas dos 4 aos 14 anos, mas dos 4 aos 18 anos. A criança que começa a estudar aos 7 anos já começa perdendo em relação aos que começaram estudar aos 3 ou aos 4 anos.

Se as crianças pobres não tiverem oportunidade de começar a estudar na idade em que a inteligência é formada, a desigualdade continuará a persistir. Mesmo estudando, aquele que teve menos anos de estudo terá menos oportunidades que os que estudaram mais. Não haverá igualdade de oportunidades.

O Presidente Lula transformou a Secretaria de Direitos Humanos em um ministério porque queria mostrar que isso é importante. Ele quer que todas as políticas tenham a qualidade dos direitos humanos. A educação deve ter um viés de direitos humanos muito forte. A saúde, a assistência social e até o Minas Energia. Temos o programa Luz para Todos. Para nós é uma violação dos direitos humanos, em pleno século XXI, ter 2.500.000 de famílias que não têm acesso à energia elétrica. Então, até no Minas Energia há o viés dos direitos humanos. Esse viés está presente em todas as suas políticas.

O Presidente Lula estabeleceu que o objetivo do seu governo é retomar o crescimento econômico. Se não houver crescimento, não haverá

nada. Não se pode continuar a crescer apenas 1,5% ou 2%, porque não cresce o orçamento nem as políticas sociais, nem há absorção da massa de desempregados que foram se acumulando ao longo dos anos. São milhões e milhões de desempregados.

Não basta crescer. Nós crescemos e crescemos, mas cresceu também a desigualdade e a concentração da renda, da riqueza e do poder na mão de poucos. Com isso, houve a exclusão de milhões da riqueza que eles produzem ou o acesso desigual à riqueza que todos produzem.

É preciso crescer com distribuição de renda; por isso, pelo terceiro ano consecutivo, estamos aumentando o salário mínimo. Não é todo o mundo que ganha o salário mínimo, mas, com o seu aumento, são os mais pobres que são beneficiados.

Além do Bolsa-Família, há o programa de erradicação do trabalho infantil. Quando digo trabalho infantil, não é a criança ser educada em sua casa ajudando o pai e a mãe.

Falo da criança que trabalha para terceiros e prejudica seu estudo, seu rendimento escolar e seu desenvolvimento físico, espiritual e moral.

Não podemos também admitir que haja, por exemplo, exploração sexual de crianças e adolescentes. Além de ser essa uma forma de trabalho incoberto, penoso, perigoso e insalubre, também é moralmente danosa, quer dizer, um desastre para as crianças vítimas dessa forma de exploração. Então, temos de acabar também com isso.

Na ordem do dia, foram postas várias tarefas que não eram da agenda política nacional e que, agora, o são. Por exemplo, registrar e alfabetizar as pessoas, acabar com o trabalho infantil e a exploração sexual, não permitir a tortura e haver segurança para todos. Há pouco tempo, a distribuição da Polícia Militar era desigual em Belo Horizonte ou na região metropolitana. Os bairros ricos davam uma cabine para os policiais e pagavam os seus coletes, o material e tudo o mais, e eles protegiam o patrimônio, e onde havia mais violência contra a vida, não existia distribuição de polícia. Quer dizer, o direito humano à segurança também não era igual. Havia só a defesa do patrimônio, do capital, e não do cidadão, protegendo os direitos das pessoas. Isso está mudando, e, para isso, é importante acabarmos com a tortura e ter uma polícia investigativa e que aprenda a manejar todo o avanço da ciência, trabalhando com inteligência e informação. Quanto mais a polícia respeitar os direitos humanos, mais eficaz será. Quanto mais ela agir segundo a lei, também mais eficiente será. Em contrapartida, devemos também respeitar a polícia, remunerá-la bem, dar-lhe uma boa capacitação e realizar uma boa seleção para as polícias, já que elas são tão fundamentais para o funcionamento da democracia e para os direitos de todos e de cada um.

Enfim, já me alonguei em demasia e não mais ficarei detalhando, mas desejo, nesta noite, com os futuros Delegados, Promotores, Juizes, Defensores Públicos e advogados, que atuarão em várias áreas do direito e, sobretudo, nessa área relacionada com o cotidiano da cidadania, deixar essa mensagem de muita esperança. O Brasil espera muito de si mesmo, e, fora do País, há uma grande expectativa conosco. Apesar dessa história de violência, de extermínio indígena, de escravidão, de humilhação das pessoas e de discriminação das crianças, o que ocorreu durante uma grande parte da nossa história, acredito que estamos chegando a um momento em que este país transforma a diferença em valores importantes e fundamentais. Estou falando dessa convivência de negros, brancos, pardos, amarelos, e de termos respeito às pessoas com deficiência. Refiro-me ao respeito à pluralidade. Tudo isso é o nosso grande valor. Nosso país também valoriza a tolerância, essa capacidade de convivência. Aqui, o árabe e o judeu freqüentam a mesma escola e o mesmo clube. É evidente que há discriminação e racismo - não sejamos hipócritas -, mas não existe ódio racial nem, por exemplo, a intolerância religiosa a ponto de as pessoas se matarem. Não existe terrorismo nem guerras, e esse é um valor muito forte para a nossa sociedade, quer dizer, a possibilidade de construirmos uma sociedade melhor. Aliás, há países na nossa frente que convivem com o xenofobia, o racismo e a volta do nazismo, do neonazismo e de coisas que estavam superadas na humanidade. Os Estados Unidos, em nome da luta contra o terrorismo, toleram a tortura, querendo relativizá-la, um crime que acreditávamos estar assegurado de não ser mais cometido em nações civilizadas e democráticas.

Então, o Brasil tem essa possibilidade, e a condição é que todos os brasileiros e brasileiras tenham esse compromisso, ou seja, de o melhor da nossa inteligência e do nosso esforço ser voltado para vencer o desafio de combater as desigualdades regionais, sociais e raciais, contribuindo cada um da forma que puder e no seu espaço. Assim, consolidaremos a democracia participativa para que esta se empenhe a garantir a todos, sem exceção, esses direitos humanos que tanto prezamos, a razão de ser da nossa democracia. Muito obrigado.

Palavras da Profa. Sandra Ribeiro Souto

Boa-noite. Cumprimento o Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, representando o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres; Exmos. Srs. Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Deputado Nilmário Miranda; Vereadora Neila Batista; e representante dos estudantes do Ibhes, Sulemar Viana Perdigão; as últimas décadas no Brasil foram marcadas por um crescimento de ações sociais e diversas discussões sobre o terceiro setor e sobre responsabilidade social.

O Brasil vive um momento muito especial de construção da consciência nacional e consolidação do sentimento de co-responsabilidade no desenvolvimento da sociedade. A academia não poderia estar ausente desse processo de construção, auxiliando na formação do cidadão comprometido com as mudanças, com a responsabilidade social, com a solidariedade e, acima de tudo, capaz de responder aos desafios que se apresentam à sociedade brasileira.

O projeto pedagógico dos cursos do Ibhes, além de visar à formação de profissionais com habilidades e competências que os tornem aptos ao exercício da profissão, busca proporcionar a esses alunos uma formação humanística e uma consciência crítica que os incentive a cultivar os valores éticos e a cidadania, formação essa que os torne sensíveis aos problemas sociais com os quais convivemos dia a dia, como a violência, a falta de segurança, a desigualdade social que exclui milhões de brasileiros do acesso a direitos básicos, como o direito de morar com dignidade, o direito de trabalhar, o direito de cuidar da própria saúde, o direito de estudar e, em razão de tantas privações, o direito de sonhar; sonhar com uma vida melhor, com um futuro melhor, com um país mais justo e mais solidário.

É preciso adequar os processos de formação profissional e organizacional a esse novo perfil que o Brasil necessita - cidadãos capazes de construir uma nova realidade social por meio de um trabalho de mobilização da sociedade em torno de um modelo de interação que desperte a consciência para as possibilidades de crescimento econômico, social e cultural.

Esse processo envolve o planejamento e a realização de ações concretas, a formação de líderes e o diálogo permanente com as lideranças formais e informais.

Somos parte integrante do ambiente social, por isso temos de nos conscientizar de que precisamos ter uma participação efetiva nesse ambiente.

É preciso envolver todos os agentes da cadeia produtiva num processo de transformação efetiva da sociedade. As parcerias entre o Estado, o mercado e o terceiro setor são fatores determinantes para o sucesso dessas ações sociais.

Este encontro que realizamos hoje nesta Casa Legislativa, com a fala do Ministro Nilmário Miranda e do ilustre Deputado Rogério Correia, é uma

forma de articulação que desenha uma aproximação gradativa dos contextos locais, buscando uma relação de confiança, uma parceria, estimulando os nossos jovens a criar um projeto futuro, fortalecendo-os para dialogar com os amplos espaços do mundo contemporâneo.

Agradecemos esta honrosa homenagem prestada ao Instituto Belo Horizonte de Ensino Superior - Ibhes - para dizer-lhes que este ato nos serve de estímulo para que continuemos com o nosso magistério porque, mais do que nunca, é necessário produzir o conhecimento que impulsiona e transforma.

Responsabilidade social, antes de tudo, requer amor, afeto, compaixão pelo outro. É um sentimento do ser humano, do indivíduo. Mais do que nunca, é necessário um esforço cooperativo entre todas as pessoas envolvidas com o desenvolvimento de pessoas, de economias e de novas descobertas, estabelecendo uma trajetória caracterizada por pensar e agir de forma integrada.

É justamente confiando na força transformadora da educação e na responsabilidade de todos os envolvidos com o processo que reafirmamos nosso compromisso com a formação de cidadãos capazes de construir uma nova realidade para o nosso Estado e para o Brasil. A união de esforços, experiências e idéias deve ser o objetivo de todos nós.

Mais uma vez, agradeço ao Deputado Rogério Correia e sua equipe, aos quais prestamos homenagem especial neste momento, pelo trabalho sério e ético que desenvolvem e pelo reconhecimento do valor de nossa proposta de trabalho. Obrigada.

Entrega de Placa

A locutora - O Deputado Rogério Correia, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres, e autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, fará entrega à Profa. Sandra Ribeiro Souto de placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "Atuando desde fevereiro de 2003, o Instituto Belo Horizonte de Ensino Superior - Ibhes - preocupa-se em promover a formação de seus alunos como cidadãos participativos e comprometidos com a sociedade, respeitando o homem, sua cultura, seus valores e o meio ambiente. A teoria é associada à prática, capacitando para o mercado profissionais competentes para utilizar o conhecimento de acordo com as transformações sociais, culturais e tecnológicas da atualidade. A homenagem da Assembléia Legislativa de Minas ao Ibhes por sua dedicação e eficiência no propósito de educar".

- Procede-se a entrega de placa.

Palavras do Sr. Presidente

Boa-noite. Em primeiro lugar, agradeço, mais uma vez, a presença do nosso Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, que nos honrou com sua palestra e sua presença. De fato, ele tem engrandecido muito a área de direitos humanos no Brasil. O Ministro se prontificou a vir aqui assim que fizemos o convite. Não o convidamos com muita antecedência, mas ele fez questão de colocar na sua agenda e, mesmo tendo outros compromissos antes e depois, fez questão de aqui estar e nos dar essa palestra. Faça esse agradecimento, então, ao Ministro Nilmário Miranda.

Saúdo a Diretora Acadêmica do Ibhes, Profa. Sandra Ribeiro Souto, em cuja pessoa homenageio todos os professores, a diretoria da escola e todos os presentes.

Cumprimento também nossa companheira Neila Batista, Vereadora de Belo Horizonte, representando aqui a Câmara Municipal. Ela não veio apenas para enfeitar a Mesa. Já seria o bastante, mas ela é uma Vereadora muito aguerrida em Belo Horizonte. Entre outros assuntos, ela, como Vereadora, foi autora de uma lei que cria em Belo Horizonte o Banco de Alimentos, que, por sua vez, ajuda muito o Programa Fome Zero. Nesse Banco de Alimentos existe o Conselho Municipal de Segurança Alimentar, que é o responsável pelo Projeto Banco de Alimentos. Ela me pediu que fizesse uma propaganda para a Sandra, Diretora da escola, para que os alunos que se matricularem no Ibhes doem 1kg de alimentos, repassando-o para o conselho, a fim de fazerem a distribuição nas áreas mais pobres de Belo Horizonte.

Agradeço a presença do representante dos estudantes do Ibhes, Sulemar Viana Perdigão, por cujo intermédio cumprimento todos os estudantes presentes.

Serei breve, pois todos merecemos um pouco de descanso na sexta-feira à noite, depois de uma semana intensa de trabalho.

Fui procurado em meu gabinete pela Sandra e por outros professores e Diretores da escola, solicitando-me fazer um contato com o Ministro Nilmário Miranda a fim de que ele expusesse o tema de direitos humanos aqui, na Assembléia Legislativa. Eu também estaria convidado a expor um pouco o tema da questão educacional, como educador e professor que sou.

Já conhecia o Instituto, não profundamente, e achei por bem que não só deveríamos escutar o Ministro e a sua palestra, contribuindo para todos nós, em especial para os estudantes de Direito e de outras áreas do Ibhes, mas que era fundamental fazer uma homenagem ao Instituto. É um Instituto recente em Belo Horizonte, mas, exatamente por isso, é um momento muito oportuno que a Assembléia Legislativa tem, pensei eu, para fazer esta homenagem. O momento pelo qual passa a educação pública brasileira é muito importante, no que se refere tanto ao ensino médio quanto ao fundamental e ao infantil. Além disso, é um momento extremamente importante para a educação do 3º grau. O Ministro Tarso Genro colocou em debate, e vem fazendo isso de maneira pública e sincera com a sociedade, em especial com a academia, a questão da reforma universitária, contando, aliás, com o apoio do Presidente Lula.

De fato, precisamos fazer um debate sobre reforma universitária no Brasil.

O que há de legislação e de concreto nas universidades públicas é voltado para os interesses das elites do Brasil. Dificilmente, nas universidades, especialmente nas públicas, vamos encontrar um grande número de pobres, negros, deficientes, índios. Nossas universidades têm um arcabouço montado para outro momento da vida brasileira que não é o que queremos construir. Exatamente por ser arcaico o processo das universidades, faz-se necessário discutir o tema de uma reforma universitária. Por isso várias universidades vêm chegando, construindo-se e contribuindo para o Brasil, porque a demanda por universidades é enorme, não apenas das elites brasileiras, mas de todo o Brasil. É impressionante o número de estudantes que vêm aos nossos gabinetes porque não têm condições de passar nas universidades federais nem de pagar universidades particulares. Essa é uma demanda que precisa ser satisfeita. O Estado tem que responder a essa demanda. Não é possível um país crescer, como bem enfatizou o Ministro Nilmário Miranda, com distribuição de renda, igualdade social, racial, no caminho da cidadania e dos direitos humanos sem dar ao seu povo a oportunidade de concluir seus estudos, desde a educação infantil até o ensino universitário.

Por isso o Instituto nasce num momento importante, quando discutimos a reforma universitária no Brasil, uma reforma importante, com a criação do Programa Pró-Universidade - ProUni -, que vai acolher com bolsas de estudo, nas escolas particulares, muitos estudantes que não têm condições, para que possam completar seu estudo, e incluí-los em universidades federais, seja em cursos noturnos que estão sendo

criados, seja no interior, com a interiorização das universidades federais do Brasil, o que permitirá que a universidade alcance um número maior de brasileiros de todas as classes sociais. Essa reforma universitária é fundamental, e o Instituto nasce no bojo dessa modificação que já sentimos no ensino público brasileiro e que vamos sentir ainda mais.

O Ibhes é uma das mais recentes instituições estabelecidas na cidade e veio promover o conhecimento e a formação de seus alunos, com o compromisso de criar cidadania a partir de uma visão social que respeita o homem, a cultura e o meio ambiente.

Na hora em que o País busca o equilíbrio perante as transformações financeiras, econômicas e políticas vindas na esteira da globalização, o projeto nacional de educação necessita ser reconstruído com qualidade e humanidade.

Nesse contexto tão significativo está surgindo o Ibhes. Sua história, portanto, há de refletir o debate que se trava no cenário educacional sobre o papel e a missão do ensino privado em seu pacto com toda a comunidade universitária.

O ensino superior torna-se, cada vez mais, a expressão de uma sociedade democrática, pluricultural, em que se cultiva a liberdade, a solidariedade e o respeito às diferenças.

Ao mesmo tempo, as mudanças que tanto impacto trouxeram à América Latina, resultando em não-coesão e violência, abrem também novas alternativas, em função de um uso favorável dos avanços científicos e tecnológicos.

A universidade deve produzir, portanto, saberes e socializar a cultura e o conhecimento, não só para o desenvolvimento econômico como também para a promoção da coesão social que se articula com a idéia de nação.

Para reverter uma história social marcada pelas diferenças e a exclusão, a educação tem de ser percebida como a maior ferramenta transformadora.

É urgente que seja dobrada a população de jovens presentes no ensino superior. Programas como o Universidade para Todos, que citei, foram pensados com essa preocupação, ao criarem, na rede particular, vagas para alunos de baixa renda.

Atualmente, dos pouco mais de três milhões e meio de alunos universitários no Brasil, 2 milhões freqüentam a sala de aula à noite, solução encontrada pelos que precisam trabalhar ao mesmo tempo que estudam. A reforma universitária em implantação pretende que as instituições federais ofereçam pelo menos 1/3 de suas vagas à noite.

A demanda para o acesso ao ensino de 3º grau tende a aumentar. A pressão é muito maior. Hoje, nos grandes centros das Regiões Sul e Sudeste do Brasil, no Nordeste não completamente, embora muito se tenha avançado, crianças de 1ª a 8ª séries têm garantida sua vaga em escolas públicas. A qualidade da educação precisa ser melhorada, assunto que está sendo muito discutido desde a criação da LDB da educação e também, agora, com a criação do Fundo do Desenvolvimento do Ensino Básico. É fato que o Brasil massificou o ensino fundamental, destinado aos estudantes com idades compreendidas entre 7 e 14 anos. Isso aumentou as demandas para os ensinos médio e de 3º grau.

O Presidente Lula enviará ao Congresso Nacional, dentro de 15 dias, uma proposta de emenda à Constituição com o objetivo de substituir o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental - que prevê que a União, os Estados e os Municípios sejam responsáveis financeiramente pela educação fundamental, ou seja, da 1ª à 8ª séries, destinado a alunos de 7 a 14 anos - pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico - Fundeb. A União, os Estados e os Municípios terão a obrigação de, cada qual com seu percentual financeiro, arcar com a responsabilidade para com estudantes de 3 a 18 anos, ou seja, da educação infantil ao ensino médio. Isso significará pelo menos mais sete anos de escolaridade para brasileiras e brasileiros. Isso é fundamental para a melhoria da qualidade da educação, como disse o Ministro. As crianças, desde cedo, terão igualdade ao acesso à escola. Depois, terão a mesma igualdade para ingressar no 3º grau.

Realizaremos, por meio de um requerimento de minha autoria - vocês estão convidados -, um fórum técnico, no dia 24 de junho, no horário das 9 às 18 horas, neste Plenário. Discutiremos o significado do Fundeb e nos organizaremos para exigir dos Deputados Federais - que participarão dos debates - a aprovação desse Fundo. Discutiremos a sua implementação e as sugestões apresentadas, que serão encaminhadas a Brasília pelos Deputados Federais participantes.

A participação das faculdades particulares é imprescindível na construção de uma sociedade mais equilibrada e com oportunidades mais justas. Nas atuais condições, não podemos sonhar que o Estado brasileiro abarque o conjunto das demandas do ensino de 3º grau em universidades federais. Por isso, é preciso reconhecer o papel exercido pelas universidades particulares, com quem devemos discutir a importância da educação para a cidadania.

Nossas escolas não podem simplesmente produzir mão-de-obra especializada para a indústria, os serviços ou o setor financeiro.

Existe uma responsabilidade por parte do ensino superior brasileiro na construção de uma nação ética e democrática, ao desempenhar um papel de vanguarda num País que almeja um lugar importante no mundo. É assim que esperamos a importante participação da instituição que homenageamos na vida de nossa cidade e de nosso Estado. Confiamos plenamente que ela promoverá a formação integral dos profissionais vindos de seus cursos, em resposta às inquietações e necessidades do cidadão e da sociedade que queremos para este país. Muito obrigado! Parabéns!

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e autoridades e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de terça-feira, dia 7, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária, na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição de 7/6/2005.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Saúde NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 23/2/2005

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Lúcia Pacífico e Vanessa Lucas e o Deputado Adelmo Carneiro Leão (substituindo este ao Deputado Roberto Carvalho, por indicação da Liderança do PT), membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; e os Deputados Ricardo Duarte, Fahim Sawan, Carlos Pimenta, Célio Moreira, Márcio Kangussu, Doutor Ronaldo e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Saúde. Registra-se, também, a presença dos Deputados André Quintão, Dalmo Ribeiro Silva, Dilzon Melo, Doutor Viana, Edson Rezende, Fábio Avelar, Gustavo Valadares, José Henrique, Laudelino Augusto, Luiz Humberto Carneiro, Paulo Cesar, Paulo

Piau, Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz e das Deputadas Maria Olívia e Maria Tereza Lara. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Lúcia Pacífico, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta das comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, com diversos convidados, o Plano de Assistência à Saúde da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e esclarecer possíveis dúvidas no Processo de Licitação nº 82/2004, e solicita ao Deputado Ricardo Duarte que proceda à leitura da correspondência recebida do Sr. José Maria da Silva Lopes, Diretor Assistencial e Diretor de Seguridade Social da Previminas; e do Sr. Luis Antônio Prazeres Lopes, Procurador-Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Registra-se a presença dos seguintes convidados: Deputado Rêmolto Aloise, 1º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa e Coordenador do Processo Licitatório da Saúde da ALMG; Edson Ribeiro Baeta, Promotor de Justiça da Promotoria Especializada na Defesa do Patrimônio Público; João Franco Filho, Diretor-Geral da ALMG; Eduardo de Matos Fiúza, Pregoeiro e Presidente da Comissão Permanente de Licitação da ALMG; João Roberto Rodarte, Presidente da Rodarte Consultoria, representando a Previminas; Gilberto Dias de Souza, Coordenador-Geral do Sindalem; Gilson Afonso Cortes, Coordenador de Saúde e Assistência da ALMG; Paulo Borém, Diretor Comercial da Unimed; Sebastião Aleixo de Souza Filho, Presidente Executivo da Aslemg; Vereador Délio Malheiros; e Fernanda de Oliveira Melo, Assessora Jurídica da Previminas; os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra, respectivamente, aos Deputados Doutor Viana, Ricardo Duarte e Sargento Rodrigues, autores dos requerimentos que deram origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento da Deputada Lúcia Pacífico solicitando seja formulado apelo ao Presidente da Assembléia Legislativa para suspender a assinatura ou a execução do contrato com a Previminas, sem prejuízo da continuidade de atendimento prestado pela Unimed, até que se esgote a discussão acerca da matéria. É acolhida também a emenda proposta pelo Deputado Sargento Rodrigues a qual fundamenta o requerimento no art. 49 da Lei nº 8.666 de 1993. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e demais participantes da reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2005.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente - Elmiro Nascimento - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Carlos Pimenta - Paulo Piau - João Leite.

ATA DA 7ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 18/5/2005

Às 9h30min, comparecem no Plenário da Câmara Municipal de Taiobeiras os Deputados Durval Ângelo, Roberto Ramos e Arlen Santiago (substituindo este ao Deputado Irani Barbosa, por indicação da Liderança do PTB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Roberto Ramos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter informações sobre denúncias de violação de direitos humanos envolvendo a construção do açude público de Berizal, vinculado ao Ministério da Integração Nacional, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Helvécio Gomes, Diretor de Atividades Especializadas da Polícia Militar, encaminhando informações relativas ao Requerimento nº 3.388/2004, Vicente de Paula Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, encaminhando cópia do parecer exarado pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania desse Município sobre denúncia de violência policial e omissão de socorro, formulada pela Sra. Heloisa Helena Tavares Toretti; Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça, comunicando que, em resposta ao Requerimento nº 3.705/2004, desta Comissão, foi encaminhado ao CAO da Infância e Juventude, para resposta e análise da questão; José Ronald Vasconcelos de Albergaria, Procurador de Justiça, Coordenador do CAO-IJ-MG, encaminhando cópia do Projeto MP Solidário e solicitando a esta Comissão o estudo da possibilidade de implantar esse projeto entre os servidores e parlamentares desta Casa; das Sras. Maria Márcia de Oliveira, advogada, solicitando sejam tomadas providências com relação ao Processo Criminal nº 114.05.053053-3 do Sr. Adriano Victor de Oliveira, preso na cadeia pública de Ibirité; Maria Teresa Lima Lana, Procuradora-Chefe da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente, e do Sr. Fábio Reis de Nazareth, Promotor de Justiça, publicado no "Diário do Legislativo" do dia 12/5/2005; e do Sr. Pedro Luís Rocha Montenegro, Chefe da Ouvidoria-Geral da Cidadania da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, publicado no "Diário do Legislativo" do dia 14/5/2005. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo e Roberto Ramos (3), em que solicitam sejam encaminhados ofícios ao Chefe da Polícia Civil do Estado e ao Ministério Público para que sejam apuradas denúncias relativas a mudanças do curso de estradas que atendem o Município de Taiobeiras e a ameaças de morte sofridas pelo Vereador Messias Neres de Sousa, da Câmara Municipal de Indaibira; e seja encaminhada cópia das notas taquigráficas desta reunião ao CAO - Reforma Agrária, à Vara Estadual de Conflitos Agrários, à Feam, ao Ministério da Integração Nacional, ao DNOCS, à Procuradoria da República, ao Governador do Estado, à CPT e à Fetaem; Durval Ângelo e Arlen Santiago, em que solicitam seja realizada audiência pública, com os convidados que mencionam, a fim de ampliar a discussão e examinar os progressos relativos ao assentamento dos pequenos produtores atingidos pela construção do açude de Berizal; Arlen Santiago (4), em que pleiteia sejam encaminhados ofícios ao Ministro da Previdência Social solicitando-lhe a instalação de um posto do INSS em Taiobeiras; seja enviado ofício e marcada audiência com os Ministros Ciro Gomes e José Dirceu, para que sejam alocados recursos no orçamento federal e seja autorizada liberação de recursos para o projeto de reassentamento na região Norte de Minas; seja realizada reunião, em Mirabela, para debater a situação dos 3.000 moradores do Riachão, em Taiobeiras; e seja realizada reunião, com a presença do Presidente da Feam, para prestar esclarecimentos sobre a situação do licenciamento ambiental da construção da barragem de Berizal. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados que discorrerão sobre o tema supracitado. Registra-se a presença dos Srs. Afonso Henrique de Miranda Teixeira, Coordenador do CAO das Promotorias de Defesa dos Direitos Humanos, Apoio Comunitário e Conflitos Agrários; Fábio Reis de Nazareth, Promotor de Justiça da Vara de Conflitos Agrários da Comarca de Taiobeiras; Alvimar Ribeiro Santos, Coordenador da Pastoral da Terra do Estado de Minas Gerais - CPT; Aires Ferreira Costa, Presidente da Câmara Municipal de Taiobeiras; Silvano Ferreira, Gercino Rodrigues dos Santos, Sebastião Mendes de Oliveira, Adilson Carlos Porto dos Santos, João Alvaro Alves, João Eudes de Oliveira, Valmir Batista Costa e Vitor Hugo Teixeira, Vereadores da Câmara Municipal de Taiobeiras; Moisés de Paula Santos, Capitão da 68ª Companhia de Polícia Militar de Taiobeiras; Paulo Guedes, Diretor do DNOCS de Montes Claros; Edmundo Nascimento, Assessor Sindical da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais; Denerval Germano da Cruz, Prefeito Municipal de Taiobeiras; Antônio Barros Barbosa, Vice-Prefeito Municipal de Taiobeiras; José de Souza Nelci, Prefeito Municipal de São João do Paraíso e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Alto Rio Pardo - Cidar; e José Mota, Prefeito Municipal de Berizal, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2005.

Durval Ângelo, Presidente - Roberto Ramos - Arlen Santiago.

ATA DA 9ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 19/6/2005

Às 9h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Laudelino Augusto, Doutor Ronaldo, João Leite e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Laudelino Augusto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Ronaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de correspondência do Sr. Gilman Viana Rodrigues, Presidente da Faemg, publicada no "Diário do Legislativo" de 26/5/2005. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.736/2004, no 2º turno, para o qual designou como relator o Deputado

Doutor Ronaldo. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.794/2005. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Luiz Humberto Carneiro, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para debater, em audiência pública, os entraves à regulamentação da Lei nº 15.027, de 2004; Sávio Souza Cruz, em que solicita seja realizada audiência pública com os convidados que menciona para avaliar a possibilidade de o Estado, por meio da Advocacia Geral do Estado, da Procuradoria desta Casa e da OAB-MG, ingressar em juízo, de forma a impedir o Projeto de Transposição do Rio São Francisco; e seja enviado ofício ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ibama pleiteando a realização de audiência pública, nesta Casa, com esses órgãos, para debater o processo de licenciamento do Projeto de Transposição do Rio São Francisco. É aprovada a redação final do Projeto de Lei nº 2.074/2005. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2005.

Laudelino Augusto, Presidente - Doutor Ronaldo - João Leite - Ivair Nogueira.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 40ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 8/6/2005

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 2.647/2004, do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita ao Procurador- Geral de Justiça do Estado informações sobre as providências adotadas com relação ao que ficou evidenciado no relatório final da CPI do Instituto de Previdência dos Servidores Militares - IPSM. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.663/2004, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que solicita ao Secretário da Fazenda cópia do parecer que concluiu pela legitimidade da transação realizada entre o Estado e a Samarco Mineração S.A., conforme Resolução nº 4/2003, de 19/12/2003. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.696/2004, do Deputado Dimas Fabiano, em que solicita ao Subsecretário de Esportes o envio de relatório contendo o nome dos Municípios beneficiados pelo Programa Segundo Tempo e informações sobre os critérios adotados para a celebração de convênios. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.819/2004, do Deputado João Bittar, em que solicita à Cemig informações que justifiquem os constantes aumentos na tarifação elétrica praticados pelo órgão. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.826/2004, do Deputado André Quintão, em que solicita ao Presidente da Cemig informações sobre o acidente fatal ocorrido na Usina de Queimados, em Unai, no dia 9/4/2004, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.842/2004, do Deputado João Bittar, em que solicita ao Secretário da Fazenda esclarecimentos sobre a transformação em verba retida dos valores correspondentes ao pagamento de direitos adquiridos por servidores públicos por ocasião da aposentadoria. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.874/2004, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, em que solicita à direção da Prodemge informações sobre as providências tomadas quanto ao pagamento das verbas rescisórias de trabalhadores contratados pela CLT, sem a realização de concurso público. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.230/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que ratifica o

Regime Especial de Tributação nº 5/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Unocann Tubos e Conexões Ltda.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.231/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 10/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Gol Transportes Aéreos S.A.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.232/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 6/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Polyvin Plásticos e Derivados Ltda.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.046/2003, do Deputado Sebastião Helvécio, que dispõe sobre consulta odontológica com avaliação periodontal no acompanhamento pré-natal na rede pública em Minas Gerais. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 87/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre direitos dos jurados no Estado. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. .

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 165/2003, do Deputado Djalma Diniz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Buritizeiro o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 953/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que altera a Lei nº 11.666, de 9/12/94, que estabelece normas para facilitar o acesso dos portadores de deficiência física aos edifícios de uso público, de acordo com o estabelecido no art. 227 da Constituição Federal e no art. 224, § 1º, I, da Constituição Estadual. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.089/2003, da Deputada Ana Maria Resende, que estabelece diretrizes para os programas de aleitamento materno e bancos de leite humano no Estado. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.501/2004, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza doação de imóvel ao Município de Baldim. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.656/2004, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação Rural Mineira - Ruralminas - a doar imóvel de sua propriedade, localizado no Município de Januária. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.743/2004, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Fundo de Assistência ao Turismo - Fastur-, de que trata a Lei nº 11.520, de 13/7/94, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.840/2004, do Governador do Estado, que autoriza o cancelamento parcial da cláusula de reversão prevista na Lei nº 682, de 16/9/16. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.178/2005, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.836, de 21/5/98, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., para o fim que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.842/2004, do Deputado Leonardo Quintão, que estabelece a regulamentação do serviço de transporte individual de passageiros por meio de táxi especial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. As Comissões de Justiça e de Transporte perderam prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.861/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Sucesso imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.082/2005, do Governador do Estado, que altera a redação do art. 9º da Lei nº 14.699 de 6/8/2003, no tocante à dispensa de precatório para pagamento, pelo Estado, de obrigações de pequeno valor. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 8/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.736/2004, do Deputado Leonardo Moreira.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.159/2005, do Deputado Antônio Andrade.

Finalidade: debater, com convidados, o Projeto de Lei nº 1.829/2004, do Deputado Ricardo Duarte, que altera o art. 17 da Lei nº 14.309, de 19/6/2002, que dispõe sobre a política florestal e de proteção à biodiversidade no Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 8/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 58/2004, do Governador do Estado.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.653/2004, do Deputado Sebastião Helvécio.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.541/2004, do Deputado Laudelino Augusto; e 1.925/2004, do Deputado Padre João.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 4.767/2005, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 8/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.254/2005, do Tribunal de Justiça, e Projeto de Lei Complementar nº 61/2005, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 8/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.361/2004, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira.

Finalidade: debater, em audiência pública, a venda clandestina de gás de cozinha no Município de Belo Horizonte e na Região Metropolitana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 9/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.199/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.287/2005, do Governador do Estado; 2.294/2005, do Deputado Domingos Sávio.

Requerimentos nºs 4.747/2005, da Comissão de Participação Popular; 4.844/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.886/2005, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da CPI da Mina Capão Xavier, a realizar-se às 10 horas do dia 9/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o depoimento do Sr. Marco Antônio de Resende Teixeira, consultor técnico especializado da Prefeitura de Belo Horizonte e ex-Procurador Jurídico desta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Participação Popular Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 9/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Proposta de Ação Legislativa nº 430/2005, de autoria popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 8/6/2005, destinadas, ambas, I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos e, 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 2.230/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 5/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Unocann Tubos e Conexões Ltda.; 2.231/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 10/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Gol Transportes Aéreos S.A.; e 2.232/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 6/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Polyvin Plásticos e Derivados Ltda.; e dos Projetos de Lei nºs 87/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre direitos dos jurados no Estado; 165/2003, do Deputado Djalma Diniz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Buritizeiro o imóvel que especifica; 953/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que altera a Lei nº 11.666, de 9/12/94, que estabelece normas para facilitar o acesso dos portadores de deficiência física aos edifícios de uso público, de acordo com o estabelecido no art. 227 da Constituição Federal e no art. 224, § 1º, I, da Constituição Estadual; 1.046/2003, do Deputado Sebastião Helvécio, que dispõe sobre consulta odontológica com avaliação periodontal no acompanhamento pré-natal na rede pública em Minas Gerais; 1.089/2003, da Deputada Ana Maria Resende, que estabelece diretrizes para os programas de aleitamento materno e bancos de leite humano no Estado; 1.501/2004, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza doação de imóvel ao Município de Baldim; 1.656/2004, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação Rural Mineira - Ruralminas - a doar imóvel de sua propriedade, localizado no Município de Januária; 1.743/2004, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Fundo de Assistência ao Turismo - Fastur - de que trata a Lei nº 11.520, de 13/7/94, e dá outras providências; 1.840/2004, do Governador do Estado, que autoriza o cancelamento parcial da cláusula de reversão prevista na Lei nº 682, de 16/9/16; 1.842/2004, do Deputado Leonardo Quintão, que estabelece a regulamentação do serviço de transporte individual de passageiros por meio de táxi especial na Região Metropolitana de Belo Horizonte; 1.861/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Sucesso imóvel que especifica; 2.082/2005, do Governador do Estado, que altera a redação do art. 9º da Lei nº 14.699 de 6/8/2003, no tocante à dispensa de precatório para pagamento, pelo Estado, de obrigações de pequeno valor; e 2.178/2005, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.836, de 21/5/98, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., para o fim que menciona; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 7 de junho de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes, nos termos do § 1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco os seguintes Deputados e Deputadas: Elisa Costa e Jayro Lessa, Ermano Batista, José Henrique, Márcio Kangussu e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e Fahim Sawan e Gustavo Valadares, pela Comissão de Administração Pública; Leonardo Quintão e Edson Rezende, pela Comissão de Assuntos Municipais; Dalmo Ribeiro Silva e Gilberto

Abramo, pela Comissão de Constituição e Justiça; Chico Rafael e Lúcia Pacífico, pela Comissão de Defesa do Consumidor; Durval Ângelo e Roberto Ramos, pela Comissão de Direitos Humanos; Doutor Viana e Ana Maria Resende, pela Comissão de Educação; Laudelino Augusto e Doutor Ronaldo, pela Comissão de Meio Ambiente; Maria Tereza Lara e José Milton, pela Comissão de Participação Popular; Gil Pereira e Marlos Fernandes, pela Comissão de Política Agropecuária; Adelmo Carneiro Leão e Carlos Pimenta, pela Comissão de Saúde; Zé Maia e Leonardo Moreira, pela Comissão de Segurança Pública; Alencar da Silveira Jr. e Jô Moraes, pela Comissão do Trabalho; Márcio Passos e Ivair Nogueira, pela Comissão de Transporte, e João Bittar e Carlos Gomes, pela Comissão de Turismo, para a reunião a ser realizada em 8/6/2005, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o Turno Único do Projeto de Lei nº 2.311/2005, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2005.

Domingos Sávio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Milton, André Quintão, Miguel Martini e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2005, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Fahim Sawan, Ivair Nogueira e Roberto Ramos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/6/2005, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.916/2004, da Deputada Jô Moraes, do Projeto de Lei nº 1.917/2004, da Deputada Ana Maria Resende, do Projeto de Lei nº 2.151/2005, do Deputado Leonardo Moreira, de se discutir e votar o Parecer para o Turno Único do Projeto de Lei nº 1.954/2004, do Deputado George Hilton, de se discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.145/2005, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, de se votar, em turno único, o Requerimento nº 4.835/2005, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, e de discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2005.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Leonardo Moreira, Antônio Júlio, Sargento Rodrigues e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/6/2005, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de estudar, em audiência pública, alternativas de gestão do sistema penal no Estado de Minas Gerais e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2005.

Zé Maia, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.990/2004

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Piau, o Projeto de Lei nº 1.990/2004 visa declarar de utilidade pública a Casa de Promoção e Caminho Bezerra de Menezes, com sede no Município de Viçosa.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Casa de Promoção e Caminho Bezerra de Menezes, de natureza filantrópica, é liderada por um grupo de pessoas que atua em bairros carentes do Município de Viçosa.

Possui por finalidades precípuas abrigar dependentes químicos em suas dependências, oferecer-lhes assistência médica, psicológica e odontológica, propiciar-lhes atividades culturais e de lazer, orientar e educar crianças e adolescentes, conscientizando-os sobre os danos da

dependência química.

Promovendo a recuperação dos seus assistidos e a sua reintegração na sociedade, torna-se merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.990/2004 em turno único.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2005.

Roberto Ramos, relator.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de RESOLUÇÃO Nº 2.017/2004

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De iniciativa da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a proposição em tela tem por escopo dar cumprimento ao disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, ou seja, aprovar previamente a legitimação da porção de terra devoluta que especifica.

O projeto foi aprovado no 1º turno e agora retorna a esta Comissão a fim de receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, c/c o art. 102, IX, do Regimento Interno.

Fundamentação

O objetivo da proposição é aprovar previamente a legitimação, em favor de Alexandre Kenedy Otoni, de terra devoluta rural com área de 129,0500ha, situada no lugar denominado Lama Preta - Rio Manso, no Distrito e Município de Ladainha.

Cumprido esclarecer que, de conformidade com os autos dos processos instruídos pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - ITER-MG -, a transferência de domínio do imóvel se fará em concordância com as exigências legais, atendendo, assim, ao objetivo de promover o bem-estar do homem que vive do trabalho da terra e fixá-lo no campo.

No tocante ao exame de possível repercussão financeira ou orçamentária decorrente da aprovação do projeto, afirmamos que ela inexistente, porquanto a alienação do imóvel se dará pela modalidade de compra e, mais ainda, as despesas devidas à feitura do processo serão arcadas pelo próprio beneficiário.

Conclusão

Em vista do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2.017/2004 no 2º turno.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2005.

Marlos Fernandes, Presidente e relator - Doutor Viana - Luiz Humberto Carneiro - Padre João.

PRONUNCIAMENTO REALIZADO EM REUNIÃO ANTERIOR

29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA*

Discurso Proferido em 5/5/2005

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, pessoas presentes, telespectadores da TV Assembléia, solicito à assessoria da Casa que passe um vídeo no telão com imagens das estradas que cortam hoje o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba. Gostaria de ter passado essas imagens aqui antes, mas houve problemas com a aparelhagem. Disse que a fita ficaria velha, porque há muito tempo pedimos ao Prefeito Antônio do Vale que nos enviasse esse material. O Deputado Elmiro Nascimento disse o seguinte: "Olha, não tenho expectativa quanto à fita ficar velha. Tomara que fique velha". Pelo andar da carruagem, pelo atendimento prestado às estradas federais em Minas Gerais, essa situação permanecerá assim por muito tempo. Portanto, gostaria que os senhores parlamentares e os telespectadores da TV Assembléia observassem como uma região com potencial tão grande pode conviver com essa infra-estrutura de transporte precária.

Enquanto a assessoria providencia a exibição da fita, chamo a atenção dos senhores para a manchete de ontem, do jornal "Estado de Minas", que diz que as cidades do Triângulo são as mais ricas de Minas. Podemos associar o Triângulo ao Alto Paranaíba, por ser uma região mais ou menos homogênea. (- Procede-se à exibição de vídeo.)

Vejam os senhores, como podem passar por ali vidas e produção de uma região altamente produtora? Esta é a BR-354, que liga a BR-262 a Patos de Minas, chamada Rodovia do Milho, e corta as cidades de São Gotardo, Carmo do Paranaíba e Lagoa Formosa. Trata-se da região do primeiro assentamento do País, o assentamento do Alto Paranaíba, onde começou o cerrado brasileiro. Ali, planta-se soja, milho, cenoura, cebola, alho e café.

Vejam a situação e os incontáveis acidentes ocorridos no trecho.

Na BR-365, que liga praticamente Montes Claros a Santa Vitória e Chaveslândia, o quadro não é diferente da BR-354. Se passarmos por Patos de Minas, Patrocínio, Uberlândia e pela BR-050, que liga Uberaba a Uberlândia, verificaremos que a situação é extremamente caótica, mais ou menos nesse nível. Quem recentemente passou por lá constatou que a imagem não muda. Essa é a realidade das nossas estradas do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Há caminhoneiros parados para dar manutenção a seus caminhões, carros capotados, vítimas. O depoimento desse

caminhoneiro é interessante. É uma pena que o som não saiu.

Quando estivemos em Brasília, a bancada do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba esteve em contato com o Sr. Alfredo Nascimento, Ministro dos Transportes. O Sr. Alexandre, Presidente do DNIT, informou-nos que não há projetos para essa estrada. Isso é grave. Quer dizer, há um período de, no mínimo, um ano entre o projeto e o início das obras de recuperação de uma estrada como essa. Portanto, aquela comunidade ainda passará por esse sofrimento até o próximo ano se nenhuma medida emergencial for tomada. Evidentemente, essa medida é emergencial. A situação é praticamente a mesma nos 140km dessa estrada.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Deputado Paulo Piau, fui caminhoneiro. No meu tempo, não havia estradas em tão péssimo estado como hoje. Observe V. Exa. a incoerência, às vezes, do destino. Como os ditados espanhóis são muito indecentes, não vou citá-los. Não devemos falar muito quando realizamos alguma coisa. Quando se vai executar, passa-se do Legislativo para o Executivo, e depois não conseguimos dar vazão aos anseios da população nem aos nossos.

O Sr. Anderson Aduino, ex-Presidente desta Casa, foi Ministro dos Transportes. Em casa de ferreiro, espeto de pau. Se ele, que é da sua região, não conseguiu resolver o problema, imagine o atual Ministro, que somente conhece as vias fluviais do Amazonas. Ele deseja transformar as estradas em rios, pois está convicto de que transporte fluvial é mais barato, confortável e acarreta menos problemas. Parece que estamos transformando as estradas do Brasil em rios. Fico sentido porque ele, como Ministro, não conseguiu resolver a situação, imaginem esse outro infeliz lá de Manaus. Pelo amor de Deus!

O Deputado Paulo Piau - Contamos com a presença do Vereador Tony Carlos, Presidente da Câmara Municipal de Uberaba, nosso amigo e companheiro. Obrigado pela presença.

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte) - Deputado Paulo Piau, sinceramente não sei quantos anos tem esse filme. No final da semana passada, passei por essa estrada e observei que se encontra bem mais deteriorada. Há certos trechos completamente intransitáveis.

Lamentamos isso, Deputado Paulo Piau, porque não entendemos o pronunciamento de companheiros nossos do PT que vêm elogiar o Governo Lula, falando da situação do Brasil. Veja a situação das estradas, que são essenciais para o crescimento de qualquer nação no mundo. Elogiam um Governo que, praticamente, não existe. Os projetos que estão sendo falados por aí estão ainda inteiramente na imaginação. Falta ação do Governo. Ter via de acesso para escoar sua produção é extremamente importante para o crescimento de um país. Infelizmente, estamos sentindo na pele o descaso de um Governo que até agora não olhou a situação do País, principalmente uma região como a nossa, tão rica, tão produtiva, uma das mais ricas do Estado e do País, uma das maiores produtoras de grãos. Como fazer escoar essa produção? Só Minas Gerais perde R\$6.000.000.000,00 por ano com grãos, pelo fato de não ter via de acesso, não ter condições viárias, não ter uma infra-estrutura para dar uma condição exemplar a todas as pessoas que estão produzindo e enriquecendo o País.

Este é um Governo que respeitamos muito, mas lamentamos a situação do País. Falam que é culpa do Governo passado, mas o Governo passado não tinha a arrecadação que hoje se tem. Só nos dois primeiros anos do Governo Lula foram arrecadados R\$23.000.000.000,00. Ele está desrespeitando a lei. Para onde está indo esse dinheiro? O projeto da CIDE é específico: os recursos têm de ser aplicados na infra-estrutura viária do País em si. Os recursos estão indo para onde? Há um desrespeito à lei. O próprio Ministério Público Federal deveria dar entrada a uma ação contra o Governo Federal, pois há desvio de recursos, o que é inteiramente inconstitucional, deixando a população do Brasil como um todo, não só Minas Gerais, numa situação caótica. Hoje estamos passando por momentos que nunca existiram na história do País. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Lembro, aqui, a nossa reunião na FIEMG. Segundo cálculos, o problema de transporte causa um aumento no custo do produto da ordem de 30% em Minas Gerais, o que significa alimento mais caro na mesa do consumidor. O preço do arroz é o mesmo para todos. No fundo, a comunidade mais pobre realmente paga mais caro pelo descaso com as nossas estradas.

O Deputado Jésus Lima (em aparte)* - Deputado Paulo Piau, é pertinente o debate sobre as estradas, mas temos que pensar em como resolver o problema. Essa é a saída. Culpar o Governo Federal pelo caos que há na situação das estradas - o próprio Governo passado deixou esse caos - não é o ideal, pois ficaremos debatendo de quem é a culpa. Se assim o for, teremos que rediscutir, por exemplo, a questão da MP-82. São 11.000km de estradas federais no Estado. Destes, 6.000km foram repassados para o Governo do Estado. O Governador atual intermediou a negociação para que o Governo Estadual assumisse esses 6.000km de estradas. De repente, quando o Governador do Estado assume o cargo, recebe os recursos e já não quer assumir as estradas. Recentemente aprovamos um volume de US\$100.000.000,00 para fazer estradas no Estado, ou seja, R\$3.000.000.000,00. O Governo Federal já passou para Minas R\$700.000.000,00, portanto o dobro do que o Governador está tomando de empréstimo, que, aliás, é avalizado pelo Governo Federal.

Portanto, temos que resolver esse problema. Trata-se de um caso sério. Todos sabemos que faltam recursos para resolver todos os problemas do País; no entanto é importante colocarmos as questões com clareza. As estradas federais precisam de melhorias, de conserto. O Presidente Lula está fazendo todo o esforço possível, haja vista a questão da CIDE. Estão previstos para Minas Gerais R\$89.000.000,00, dinheiro que, no Governo Fernando Henrique, do PSDB, não existia. O PT está ajudando o PSDB.

Essas discussões são importantes e pertinentes; no entanto, temos que resolver os problemas. Temos que dar solução como estamos vendo o Presidente fazer, ou seja, esforçando-se por resolver essa herança.

São esforços que valem a pena, como esse em que o Governo do Estado toma esse empréstimo, com o aval da Assembléia. O que não dá é a população conviver com essa situação, assim como também não dá para ficar discutindo quem é o mais culpado.

As estradas estaduais também estão em estado caótico. Tenho andado em algumas que estão uma loucura. Os carros andam a 10km ou 15km por hora, quase parando. Numa estrada que tem 60km, gastamos três horas.

Quero apenas dizer que o Governo Federal se tem empenhado, buscado soluções, mas é importante que o Governo do Estado, em vez de ficar culpando o Presidente e, depois que recebe o dinheiro, já não querer assumir estradas, crie soluções. É muito fácil receber o dinheiro e, depois, devolver o produto. Temos que ser verdadeiros nas nossas falas e ver como resolver a questão. Obrigado, pelo aparte, Sr. Deputado.

O Deputado Paulo Piau - Vou conceder aparte ao Deputado Arlen Santiago; antes, porém, queria dizer que concordo, Deputado Jésus Lima, em que a extinção da taxa rodoviária que existia anteriormente foi o grande fator que gerou o caos das nossas estradas. A volta da CIDE, uma taxa rodoviária semelhante, é a esperança de um trabalho permanente e freqüente para que nossas estradas não cheguem ao caos que chegaram em todo o País.

Queria também dizer que o que mais nos deixa preocupados é o fato de que o problema não é recurso. Recurso existe, o problema é a liberação. Orçamentariamente, recurso existe, mas, em nossa visita ao Ministro, foi-nos dito que há apenas dois engenheiros no Ministério dos Transportes para fazer todo o processo, toda a análise dos projetos. Assim, realmente, tudo pára.

Os 6.000km de estradas é fato. Esse recurso foi usado pelo Governo passado para pagar o pessoal, e não para investir em estradas. No Triângulo e no Alto Paranaíba não há nenhum trecho que foi incluído no orçamento do Governo atual, nem no do Governo passado. Todos os trechos mostrados, da 365, da 354 e da 050, são de responsabilidade do Governo Federal. Tivemos o cuidado de verificar se houve destinação para essas rodovias. Nossa posição não é realmente a de achar culpados, mas a de achar solução para tudo isso.

Queria mostrar o contraste dessa matéria do jornal "Estado de Minas" de ontem, cujo título é "Cidades do Triângulo são as mais ricas de Minas". Se são mais ricas é porque têm um processo industrial forte. Mas isso não significa que o povo seja rico. Queria deixar isso consignado, porque nos faltam estradas, hidrovias, ferrovias para atrair novos investimentos, energia trifásica e outras coisas. Quero deixar esse protesto, porque quem lê essa manchete do "Estado de Minas" acha que o Triângulo é rico e tem tudo. O Triângulo, proporcionalmente, recebe muito menos investimento em relação ao que contribui para o Estado de Minas Gerais. Por isso, com muita justiça, surgem esses movimentos de emancipação política. O Governo de Minas tem de olhar com mais carinho para o nosso Triângulo Mineiro, assim como o Governo Federal tem de olhar para as nossas estradas.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Caro Deputado Paulo Piau, gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento e esclarecer um pouco mais essa questão dos R\$700.000.000,00. Na verdade, desde 1994 o Governo do Estado vem recuperando estradas federais e não tem recebido por isso. Foi apresentada uma fatura em torno de R\$2.000.000.000,00, para ressarcimento, ao Governo passado, mas o Governo Federal achou que esse número não correspondia à fatura e obteve um valor em torno de R\$1.200.000.000,00. Não havia, nessa rubrica orçamentária, como ressarcir Minas Gerais desses R\$1.200.000.000,00. Então, optou-se por outra fórmula para repassar esses R\$700.000.000,00. Está-se passando a estrada por um preço de R\$130.000,00 por quilômetro, o que é inviável. A BR-459 está saindo a R\$800.000,00 o quilômetro, e o Governo Federal quer que Minas Gerais, recebendo R\$130.000,00, possa refazer as estradas. Essa é uma questão impossível.

Gostaria de dizer ao Deputado Jésus Lima, Deputado estradeiro como eu, que passa seus fins-de-semana buscando atender as cidades onde é votado, que, realmente, as estradas estaduais asfaltadas estão em condições relativas; mesmo assim o Governador fez um programa, que já teve ordem de início, o Pró-MG, que irá recuperar trechos de estradas estaduais e algumas chamadas MGT, que são aquelas estradas que, apesar de federais, também passam por uma estadual, como é o caso da BR-135, que vai de Montes Claros até Januária. Na BR-122 também estão sendo feitos vários reparos no Sul de Minas e em todo o Estado. É o chamado programa Pró-MG, que gira em torno de R\$100.000.000,00, para fazer recapeamento e melhoria.

Existe ainda um programa chamado Pró-Acesso, que é um programa do Governo Estadual. Aliás, tivemos algumas dificuldades aqui, na Assembléia, no que toca à aprovação da continuação desse programa, justamente por causa de uma obstrução havida aqui e que, felizmente, terminou. Esse programa alcança as estradas estaduais e municipais de maior necessidade. Existem cidades como Cônego Marinho, Bonito de Minas, Miravania e muitas outras, que são cortadas por estradas municipais e que o Governador, tão logo o BID possa fazer o empréstimo do dinheiro, irá partir em busca do término desse programa Pró-Acesso.

Para concluir, já existem 70 trechos licitados e contratados, e 50 em andamento de obras asfaltadas, inclusive de estradas municipais que o Estado está fazendo. O senhor sabe que não há nenhuma questão ideológica. Tanto isso é verdade que a cidade de Varzelândia, muito bem administrada pelo Prefeito Carlinhos, do PT, será uma das estradas que será licitada. Aliás, ela está no bloco das dez primeiras estradas municipais que o Governador Aécio Neves irá asfaltar.

Gostaria ainda de parabenizar o nosso País pelos cinco anos de Lei de Responsabilidade Fiscal, lei essa que, infelizmente, vários Ministros do atual Governo foram contra, mas que fez com que o nosso País economizasse R\$81.000.000.000,00, e que regulamentou a dívida do Governo Federal.

O Deputado Paulo Piau - Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

* - Republicado em virtude de incorreções havidas na publicação verificada na edição de 11/5/2005, nas págs. 37, col. 4, e 38, col. 1.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 24/5/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Leonardo Quintão

exonerando Ana Paula Carvalho Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Priscila Caldeira de Paula do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

exonerando Sirlei do Nascimento Nogueira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando Wolmar Murta Perim do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

nomeando Adilson da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Ana Paula Carvalho Santos para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Sirlei do Nascimento Nogueira para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Wolmar Murta Perim para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Adservis Multiperfil Ltda. Objeto: prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação. Objeto do aditamento: reajuste contratual. Vigência: a partir da data da assinatura, com efeitos retroativos. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-009.0001 33903700.

ERRATAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2005

Na publicação do documento em epígrafe, verificada no "Diário do Legislativo" do dia 7/6/2005, na pág. 50, col. 1, onde se lê:

"Mecotape Magnéticos e Acessórios Ltda.", leia-se:

"Mercotape Multimídia Ltda.".

Ordem do Dia da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 8/6/2005

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 7/6/2005, na pág 47, col. 4, onde se lê:

"8ª REUNIÃO ORDINÁRIA", leia-se:

"7ª REUNIÃO ORDINÁRIA".